



Um dedo de prosa sobre a caminhada da UNEAL: programas e projetos de formação de educadores/as do campo

A finger of prose on the walk of UNEAL: projects and training programs for rural educators

Sara Jane Cerqueira Bezerra¹; Amilkiane Protázio Dino da Silva²;
Jhonatan David Santos das Neves³

¹ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7965-1783>; Universidade Estadual de Alagoas, mestre em Educação do Campo, UFRB, Docente da Uneal. E-mail: sarajane@uneal.edu.br

²ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1212-2104> Prefeitura Municipal de Arapiraca, Doutor em Proteção de Plantas - UFAL, e-mail: jhonataneducador@yahoo.com.br

³ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1212-2104>; Prefeitura Municipal de Arapiraca, Especialização em Psicopedagogia/Cesmac, E-mail: milkaprot@hotmail.com

Recebido em: 04 de maio de 2020; Aceito em: 06 de maio de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: O processo de Educação do Campo em seu contexto integral possui singularidades que necessitam ser garantidas nas escolas campesinas, mas também nos processos formativos dos educadores/as que lá atuam. A nível nacional, a legislação garante isso, pois, é através da formação inicial e continuada dos educadores/as do campo que há uma contribuição com a melhoria da qualidade da educação escolar ofertada aos os sujeitos do campo em seus cotidianos. Desta forma, buscando assim, refletir sobre ações formativas para educadores do campo na Universidade Estadual de Alagoas - Uneal ao longo desses últimos dez anos, este artigo apresenta um recorte sobre uma reflexão das ações extensionistas e de adesão a Edital do Ministério da Educação - MEC realizadas pela Uneal no agreste de Alagoas sobre formação de educadores/as do campo. Teóricos como Molina (2010), Arroyo (2007), Fernandes (2006) Carvalho (2011) e a legislação educacional nacional e estadual sobre a Educação do Campo têm fundamentado esta análise das ações formativas desenvolvidas pela Instituição. Para obtenção desses dados foi realizada através da pesquisa-ação referendada pela pesquisa bibliográfica e análise de relatórios enviados pelos responsáveis pelas respectivas ações. Este trabalho nos mostra que a Uneal, seja por decisão da Instituição ou em parceria no atendimento às demandas dos movimentos sociais e de rede de educação contextualizada, vem, ao longo desses últimos dez anos, desenvolvendo importantes e concretas ações de formação inicial e continuada de educadores do campo do Estado de Alagoas através dos projetos apresentados: a) Licenciatura em Educação do Campo - Procampo/Uneal, b) Projeto de Extensão: Os Saberes da Geografia na Perspectiva da Educação do Campo; c) Formação continuada de educadores/as do campo realizada em parceria com o MTC/AL; d) Formação continuada de educadores/as do campo em parceria com a RECASA/AL; e) Encontro de Pesquisa em Educação do Campo de Alagoas - EPEC/AL; f) Pós-graduação em Educação do Campo e Sustentabilidade. O artigo finaliza trazendo uma reflexão necessária sobre o rompimento do caráter provisório de ações de formação de educadores do campo em Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Formação. Educadores. Alagoas

ABSTRACT: The Rural Education process in its integral context has singularities that need to be guaranteed in rural schools, but also in the training processes of the educators who work there. At the national level, the legislation guarantees this, because it is through the initial and continuous training of educators in the field that there is a contribution to improving the quality of school education offered to the subjects of the field in their daily lives. Thus, seeking to reflect on training actions for rural educators at the State University of Alagoas - Uneal over the past ten years, this article presents a reflection on the reflection of extension actions and adherence to the Ministry of Education's Notice - MEC carried out by Uneal in rural Alagoas on the training of rural educators. In order to obtain these data, it was carried out through the action research supported by the bibliographic research and analysis of reports sent by those responsible for the respective actions. This work shows us that Uneal, either by decision of the Institution or in partnership in meeting the demands of social movements and the contextualized education network, has, over the past ten years, been developing important and concrete actions of initial and continuing training of educators from the countryside of the State of Alagoas through the programs / projects presented: a) Degree in Rural Education - Procampo / Uneal, b) Extension Project: The Knowledge of Geography in the Perspective of Rural Education; c) Continued training of field educators carried out in partnership with MTC / AL; d) Continuous training of field educators in partnership with RECASA / AL; e) Education Research Meeting of Campo de Alagoas - EPEC / AL; f) Postgraduate studies in Rural Education and Sustainability. The article ends by bringing a necessary reflection on the disruption of the provisional character of training actions for rural educators in Alagoas.

KEYWORDS: Rural Education. Formation. Educators. Alagoas.

INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios que se apresentam na Educação do Campo, sendo indispensável a esta prática, considerar o conhecimento produzido no modo de vida dos povos do campo e na dinâmica dos movimentos sociais. Nesse sentido, deve-se levar em conta a forma como a temática vem sendo inserida nas ações educacionais, superando a idéia de programas, transformando-a em política pública permanente e promovendo assim uma real inclusão social.

Outro grande desafio está na necessidade de apoio às ações de formação e nas atividades de pesquisa que vem sendo desenvolvidas. Segundo Molina,

Foi destacada a importância da formação de uma rede de pesquisadores para apoiar o trabalho nos cursos de formação e nas atividades de pesquisa, discutir os pressupostos da pesquisa educacional que fazemos e gerar práticas acadêmicas de legitimação desse conhecimento (MOLINA, 2010, p. 37).

Vale considerar que a Educação do Campo é uma concepção de educação que surge para atender as demandas da classe trabalhadora do campo, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares, com a finalidade de constituir uma educação voltada ao contexto camponês. Ocasionalmente surge uma nova maneira de pensar o processo de formação humana, mostrando a realidade e propondo um novo projeto de educação. Pensar a lógica teórico-crítica da Educação do Campo dentro do desenvolvimento da sociedade capitalista é um grande desafio, tendo em vista que a sociedade capitalista foi e é construída pela lógica da mercantilização, logo, a mercadoria é a propulsora da geração de lucro, do desenvolvimento potencial do capital. Em suma, construir o paradigma da Educação do Campo dentro desta sociedade é avançar por dentro dos processos de alienação e construir a partir desta nova concepção educacional, novas projeções para o desenvolvimento da emancipação humana, principalmente dos sujeitos do campo.

O enfrentamento intelectual pela regularização e institucionalização da Educação do Campo na universidade, superando o caráter de programas ou cursos especiais, é outra grande demanda da atualidade, visto que assim não haverá problema de interrupções, garantindo a continuidade do financiamento da educação superior. Da mesma forma que proporcionará uma dinâmica onde seja efetivado o tripé ensino, pesquisa e extensão, contribuindo ainda mais na formação dos envolvidos e consequente

melhoria na qualidade das intervenções nas comunidades rurais onde estes sujeitos estão inseridos.

A Educação do Campo está em meio às posições conflituosas dos dois modelos de produção o agronegócio e o modelo camponês, sendo necessária a demarcação conceitual e política das ações pedagógicas a serem desenvolvidas:

Desde a formação técnica e tecnológica para os processos produtivos até a formação nos diversos níveis educacionais, do fundamental ao superior para a prática da cidadania. A pesquisa também precisa ser realizada nesses parâmetros para ser coerente com a lógica territorial. Os diferentes movimentos camponeses estão realizando cursos em convênios com diversas universidades públicas e estão debatendo e iniciando a construção de seus próprios centros de pesquisa (FERNANDES, 2006, p. 30).

Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de processos formativos que proponham práticas pedagógicas progressistas junto a educadores do campo. Práticas essas que possam orientar o educando para tornar-se solidário e autônomo em relação a sua aprendizagem. Ou seja, todos, individual e coletivamente, são co-responsáveis em relação ao todo, e ao mesmo, ter o discernimento de seu papel em particular nesta relação. A proposta é que o educador, segundo Freire (1996) seja mediador e protagonista de todo processo que envolve a relação ensino-aprendizagem. Assim, para a construção das habilidades e alcance estes objetivos, precisa pautar nossas práticas pedagógicas participativas a partir de concepções de ensino e aprendizagem, que aponte para o horizonte das mudanças.

No cenário atual, as instituições de ensino superior do país têm passado por profundas dificuldades de responder aos desafios impostos a elas. De um lado, tem-se as exigências da sociedade e, de outro, as do Estado em sua face conservadora que impulsiona a deterioração das ações emancipatórias desta instituição social, na medida em que a força é colocada no jogo mercantil como forma de sobrevivência, Santos (2002) afirma ainda que, para enfrentar isso, é preciso que haja um projeto que restitua o projeto nacional mais amplo de sociedade, incorporando as diferentes marcas identitárias que emergiram com o movimento da globalização da economia e da mundialização da cultura.

Acerca da formação de educadores do campo, Carvalho (2011) resgata as linhas definidas para os processos formativos desde o ano de 2006:

A primeira linha contempla a formação em nível médio, bem como a formação superior em nível de graduação e pós-graduação. Para a formação em nível médio, será promovida a implementação de cursos normais e de cursos técnicos de acordo com as demandas locais. A formação superior em nível de graduação dar-se-á por meio da promoção de cursos de licenciatura plena em educação do campo. Para o apoio à pós-graduação, serão promovidas a implementação de cursos de especialização em educação do campo e a criação de linhas de pesquisa para estabelecimento de cursos de mestrado (BRASIL, 2006; CARVALHO, 2011, p. 120).

A legislação que trata da Educação do Campo em Alagoas, Resolução nº 40 – CEB-CEE/AL, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas de 11 de novembro de 2014, em seu artigo 4º define que as Instituições de Ensino Superior Públicas do Sistema Estadual de Educação precisam promover ações de ensino, pesquisa e extensão que contemplem a formação dos trabalhadores da educação de forma contextualizada à realidade dos sujeitos do campo na perspectiva de desenvolvimento sustentável.

§4º-Os demais cursos regulares de graduação (licenciaturas e bacharelados) e tecnológicos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Sistema Estadual de Educação deverão promover ações de ensino, pesquisa e extensão que propiciem vivências pedagógicas de estudo, discussão, acompanhamentos pedagógicos, voltadas para a contextualização da formação de educadores e técnicos para atenderem às necessidades de educação dos sujeitos do campo e à promoção do desenvolvimento sustentável. (ALAGOAS, 2014, p. 3)

Nesta senda, a Resolução ainda define diretrizes para estes processos formativos, a saber:

Art. 4º

{...}

§ 2º - Deverá ser ofertada, aos educadores, gestores, técnicos, pessoal administrativo e de apoio, que atuem nas escolas do campo, **formação inicial e continuada** que levem em consideração as especificidades e peculiaridades dos sujeitos do campo, com estudo dos múltiplos aspectos da realidade campesina, especialmente a realidade alagoana e nordestina, contemplando:

I. **Estudos ambientais**, de técnicas preservacionistas e agroecológicas: biomas e sua biodiversidade, bacias hidrográficas, ciclos climáticos, ciclos vitais do solo; técnicas e manejos de conservação dos solos, das águas, da biodiversidade, produção de alimentos limpos, sistemas produtivos da agricultura familiar, equilíbrio energético, equilíbrio ambiental, dando especial destaque ao estudo dos biomas existentes em Alagoas.

II. **Estudos da questão agrária**, da economia rural, da história da formação social e histórica da sociedade, em particular das formas de ocupação do espaço e de intervenção humana na paisagem: lutas sociais do campo, políticas públicas, reforma agrária, formas de organização solidária da cultura dos povos do campo, economia solidária, associativismo, cooperativismo e infraestrutura produtiva no campo.

III. **Estudos das tradições culturais e artísticas regionais e locais** e todas as formas de conhecimento e produção de saberes no meio popular com suportes das áreas de antropologia, sociologia e artes.

IV. **Estudos dos fundamentos da educação**, das didáticas e metodologias inclusive formação específica para a organização curricular e metodológica das classes multisseriadas e da Pedagogia da Alternância.

V. **Estudos das metodologias participativas** para o diagnóstico e planejamento participativo envolvendo a comunidade rural, família, escola e demais áreas de políticas públicas. (ALAGOAS, 2014, p. 3-4) (grifo nosso)

Portanto, as ações de formação inicial e continuadas dos educadores do campo de Alagoas precisam seguir estas diretrizes em sua organização e oferta.

A contextualização do currículo escolar é historicamente um dos maiores desafios encontrados pela educação do campo, encontrando-se isso desde a formação docente. Até os professores com formação superior em licenciaturas diversas, ainda enfrentam sérias dificuldades na contextualização dos componentes da Base Comum Nacional do currículo. Todavia, é aceitável essa dificuldade tendo em vista a ausência desta discussão na sua formação inicial, ou seja, na academia é comum encontramos currículos fragmentados e igualmente descontextualizados.

Este artigo se trata de um recorte da realidade que tem como objetivo a socialização da materialização de todo o esforço que vem sendo envidado pela Universidade Estadual de Alagoas através de Programas e Projetos de Apoio à Educação do Campo que tem sido reforçado pelas parcerias com associação e movimentos sociais, no sentido de desenvolver ações formativas que fortaleçam ações de formação de educadores do campo no âmbito do Agreste e Semiárido do Estado, principalmente no cumprimento do seu papel e em atendimento a essa histórica demanda.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa-ação referendada pela pesquisa bibliográfica e análise de relatórios enviados pelos responsáveis pelas respectivas ações e de um recorte de ações realizadas no âmbito da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, instituição de ensino superior, pública e gratuita. O trabalho se estrutura tendo ponto de partida a breve reflexão sobre os desafios da Educação do Campo e a formação de educadores e seguindo tecendo considerações sobre algumas ações formativas voltadas para

educadores do campo desenvolvidas na Uneal ao longo desses últimos dez anos em Alagoas. Nas considerações há uma apresentação uma abordagem sobre uma emergente necessidade de acabar (no sentido de romper) com a provisoriamente dos programas e projetos e de buscar a elaboração e implantação de uma permanente política pública de formação de educadores/as do campo no Estado de Alagoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tecendo considerações sobre programas e projetos na UNEAL

Tendo como base toda fundamentação legal da educação do Campo no Brasil e as demandas dos movimentos sociais, a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) vem desenvolvendo, ao longo desses últimos dez anos várias experiências específicas de formação inicial e continuada de educadores do campo em parceria com o Ministério da Educação e movimentos sociais camponeses.

Alguns projetos que se tratam de ações de formação inicial e continuada de educadores/as camponeses/as da Uneal merecem destaque, a saber:

a) Programa Procampo/Uneal: Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que foi uma licenciatura de oito semestres sendo desenvolvida em parceria/convênio com o MEC/SECADI/FNDE/UNEAL sendo as áreas de concentração do curso: Línguas, Artes e Literatura e Ciências da Vida, da Natureza e da Matemática. A forma organizacional do curso de Licenciatura em Educação do Campo, centrando no ensino, pesquisa e extensão, favoreceu maior mobilidade entre as ações propostas, dinamizando as atividades na formação dos alunos. Ao mesmo tempo, ao redimensionar o papel do ensino, interligando-o à pesquisa, fortaleceu a produção do conhecimento na área de educação do campo, que ainda hoje carece de mais produção científica. Esse curso, apesar de ter sido implantado em 2011 e teve sua conclusão em setembro de 2017, teve sua gênese muito antes desse período, visto que em 2009 a Uneal respondeu a um Edital do Ministério da Educação através da SECADI, mas que teve várias dificuldades para ser efetivado tendo eu início em setembro de 2011 após empenho e luta do professor responsável e gestores da UNEAL. O curso foi iniciado após realização de dois processos seletivos de ingresso com a matrícula efetiva de 56 estudantes, dentre eles, professores/as da rede pública municipal e educadores/as

de movimentos sociais e sindicais do campo alagoano. O referencial metodológico do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é a Pedagogia da Alternância onde alternava momentos de formação denominados tempo – escola e tempo-comunidade. O primeiro, denominado tempo-escola, realizava-se no *Campus* I da Universidade localizado em Arapiraca com atividades aos finais de semana. As atividades de tempo-comunidade eram realizadas através de inserção em áreas rurais definidas coletivamente entre o corpo docente e discente em articulação aos conhecimentos trabalhados nas disciplinas/componentes curriculares.

b) Projeto de Extensão: Os Saberes da Geografia na Perspectiva da Educação do Campo que consistiu em ação extensionista de formação continuada para docentes da Escola Estadual Djanira Santos Silva, localizada no Povoado Santo Antônio, em Palmeira dos Índios, no ano de 2011. O objetivo principal do projeto estava centrado no trabalho de formação continuada dos educadores da referida escola nas seguintes temáticas: metodologia de ensino da geografia, educação do campo, meio ambiente, trabalho e educação e questão agrária, com momentos presenciais sendo realizados aos sábados, com docentes da Uneal e na própria escola.

c) Projeto de Formação Continuada de educadores/as do campo do Movimento de Trabalhadores/as do Campo - MTC/AL. A Uneal participou como parceira nessa ação do MTC com carga horária de 100 horas e contando com aproximadamente 100 educadores de municípios de atuação do MTC no ano de 2012. Nesta formação eram desenvolvidos temas sobre a questão agrária, organização do trabalho pedagógico, educação contextualizada entre outros temas de interesse e necessidade do MTC.

d) Projeto de Formação Continuada de educadores/as do campo em parceria com a Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semi-Árido - RECASA/AL. A Uneal participou como parceira nessa ação no curso de educação do campo desenvolvido pela Recasa no ano de 2011 com carga horária de 100h que teve como objetivos principais fortalecer as ações coletivas de implantação da proposta de educação para convivência com o semi-árido e educação contextualizada para aproximadamente 120 educadores/as do municípios de abrangência da Recasa.

Vale ressaltar que, para a materialização da parceria da Uneal no desenvolvimento destas duas últimas ações de formação com MTC e a RECASA, foram disponibilizados os seguintes insumos: participação de representante da Uneal no planejamento e execução das ações de formação; disponibilização de espaço físico para

realização dos encontros de formação; disponibilização de docentes da Instituição para proferir palestras, seminários entre outras ações demandadas; participação e monitoramento da equipe do Procampo nas etapas da formação e, por fim, certificação das ações de formação por meio da Pró-Reitoria de Extensão da IES.

e) I Simpósio de Ciências da Vida e da Natureza: O Programa de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual de Alagoas promoveu, também dentro de sua trajetória, o primeiro Simpósio de Ciências da Vida e da Natureza. O tema “Os avanços e as perspectivas na relação homem-natureza” norteou os trabalhos. A programação incluiu ainda palestras, mesa-redonda, mini-curso, além de experiências científicas, como a sessão astronômica na cúpula do Planetário e viagem em 3D pelo interior celular, com direito a visitas ao citoplasma, núcleo e organelas.

f) I Simpósio de Letras, Artes e Literatura: Realizado no Campus I, em 2015, com o objetivo de permitir a troca de conhecimentos desenvolvidos no campo das artes, linguística e literatura, por meio do aprofundamento e análise do saber já adquirido, com vistas à promoção de uma educação de qualidade no campo. Com o tema “Do campo das Letras as letras do campo”, o simpósio teve conferências, palestras, mini-cursos, feira de saberes e sabores e sarau, com professores da instituição e convidados.

g) Encontro de Pesquisa em Educação do Campo de Alagoas – EPEC/AL - realização de várias edições do EPEC/AL sendo um ação promovida pela coordenação do Procampo/Unel e se constitui em um espaço partilhado e compartilhado de todos que, em parceria lutam pela socialização dos estudos e pesquisas voltados à realidade das escolas e dos sujeitos do campo. Este realizado nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2018, com previsão para realização do V EPEC/AL em julho de 2020. Ao longo dos anos o evento tem recebido inscrição de trabalhos para apresentação nas sessões/modalidades de comunicação oral e pôster, quer sejam: resultados de pesquisas concluídas, que estejam em andamento, ações extensionistas e/ou relatos de experiência advindas da docência, das ações educativas dos movimentos sociais, da educação popular e das expressões culturais dos sujeitos do campo articulados a um dos eixos definidos. O EPEC/AL tem registro no ISSN 2317-0263 e tem se consolidado como mais um espaço de reflexão, pesquisa, formação e de luta por uma política de Estado para a Educação do Campo em Alagoas.

g) Pós-graduação em Educação do Campo e Sustentabilidade – este curso de especialização *lato sensu* foi aprovado através do Programa Especializa por intermédio do

Edital nº 002/2017. Como este curso seria destinado a educadores do campo, foi necessária a elaboração de um Convênio com uma instituição que, tem expertise em formação em educação do campo no Estado, a saber a AAGRA. Após toda tramitação do processo interno para instituição de um convênio, a Universidade autorizou a publicação do Edital para seleção simplificada de estudantes graduados para o referido curso. Sua aula inaugural foi realizada no dia 24 de abril de 2019 com a matrícula de 47 estudantes e com previsão de conclusão em julho de 2020. Esta Pós-graduação da Uneal, segue a recomendação da Coordenação nacional do MEC para a oferta de cursos voltados para práticas de Educação do Campo, destinando uma parte da carga horária de cada disciplina para atividades educativas práticas e em conjunto com comunidades selecionadas entre a equipe gestora e os alunos, denominadas Tempo-Comunidade. Nestes espaços, foi desenvolvido um trabalho que vai, desde o diagnóstico dos principais problemas encontrados nas diversas realidades, como a reflexão e as propostas de intervenção, que serão pensadas também coletivamente de acordo com as necessidades de cada comunidade. Esta estratégia metodológica é um diferencial, que propicia a experiência e o contato com a escola e sala de aula, ao longo de todo curso e a aplicabilidade do que foi trabalhado em sala de aula, ou seja, no Tempo-Universidade.

Destarte, faz-se necessário registrar que, apesar de todo empenho da Uneal no desenvolvimento das ações acima relatadas, ressalta-se que são projetos, ou seja, ações provisórias, via atendimento a editais ou reivindicação dos movimentos sociais, não se constituindo como ações permanentes dentro da IES ou do próprio Estado.

Infelizmente, podemos afirmar que na Uneal a formação continuada de educadores do campo ainda é realizada via programas ou projetos, não tendo ainda sido definida uma política pública própria de formação inicial e continuada de professores/as do campo, onde possa, de fato, garantir uma formação permanente que respeite o direito à especificidade de seus povos, como afirma Arroyo:

Esta seria uma das marcas de especificidade da formação: entender a força que o território, a terra, o lugar tem na formação social, política, cultural, identitária dos povos do campo. Sem as matrizes que se formam sem entender a terra, o território e o lugar como matrizes formadoras, não seremos capazes de tornar a escola um lugar de formação. A articulação entre o espaço da escola e os outros espaços, lugares, territórios onde se produzem, será difícil sermos mestres de um projeto educativo. A compreensão da especificidade desses vínculos entre território, terra, lugar, escola é um dos componentes da especificidade da formação de educadoras e educadores do campo. (ARROYO, 2007, p. 163)

Assim, urge a necessidade de romper com a provisoriedade dos programas em desenvolvimento e buscar a elaboração e implantação de uma permanente política estadual de formação de educadores/as do campo, sendo ela inicial e continuada, visando uma real contribuição na efetivação da luta pela educação como direito de todos e dever do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto atual, pode-se afirmar que numa realidade marcada por dificuldades educacionais como a de Alagoas, uma política permanente de educação do campo, tende a fortalecer, tanto de imediato, a formação de educadores de escolas rurais, devido a integração existente entre os saberes estudados, produzidos, analisados e avaliados com a vivência nas próprias escolas, como a médio e longo prazo, com o processo de intervenção quebrando o ciclo vicioso da qualificação insuficiente, inadequada, distantes da realidade camponesa.

Os programas e projetos de formação continuada para educadores do campo realizadas pela Uneal ao longo desses últimos dez anos, apresentadas neste recorte, têm dado um tom diferente à Instituição. Isto porque tem trazido para dentro da IES, os sujeitos do processo com suas temáticas, seus conflitos, tensões juntamente com suas místicas, músicas e dinâmicas que lhe são próprias, possibilitando assim um convívio enriquecedor da academia com uma realidade bem próxima e desafiadora.

Destarte, a articulação da Universidade com demandas sociais tem papel de extrema importância na incessante busca por uma concepção de educação que contribua com a emancipação dos sujeitos camponeses e os torne capazes de implementar políticas públicas que, de fato, tragam aprendizagens concretas e possibilidade de transformação social.

É fato que o Estado de Alagoas tem demandas urgentes no âmbito da Educação do Campo que refletem muitas das questões já pautadas nacionalmente como bandeiras de luta por igualdade de acesso à educação e por uma educação contextualizada, que considere as diversidades que marcam as diferentes realidades camponesas no país. Compreende-se que o acúmulo teórico-conceitual e prático que já se conseguiu elaborar

sobre Educação do Campo no país tem definido uma pauta para ela, pois, surge advinda das demandas dos sujeitos camponeses em suas lutas e caminhadas.

Neste sentido, o desafio está posto para nosso Estado. Que seja definido e se apresentado, enquanto política pública específica para os/as educadores que atuam junto às populações camponesas, ações permanentes de formação continuada para os/as educadores/as do campo, com uma organização específica que inclua principalmente, saberes da terra, da formação social, política, cultural, identitária dos sujeitos do campo ao longo de nossa história conforme preconiza a legislação estadual e nacional.

Por fim, importante ressaltar que é necessário também refletir sobre o tipo de formação que se tem ofertado para os/as educadores/as do campo, assim como as diversas formas como ela pode ser desenvolvida e defendida dentro da Universidade, pois seus resultados poderão contribuir em sinalizar propostas de definição de políticas públicas de formação para a área no Estado.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS, **Parecer Estadual nº 314/2014**. Dispõe sobre a regulamentação da oferta de Educação do Campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas. Publicado no Diário Oficial de Alagoas em 23/12/2014. Disponível em <http://cee.al.gov.br/legislacao/atos-normativos/pareceres-normativos>
2. ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 27, n.72, p.157-176, maio-agosto, 2007.
3. BRASIL, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.
4. CARVALHO, Marise Souza. **Realidade da educação do campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais**. 166 FL. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

5. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>.
6. KOLLING, Edgar Jorge. NERY, Ir. MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.) **A Educação Básica e o Movimento Social no Campo** (Memória). Brasília, 1999.
7. MOLINA, Mônica Castagna. (org.) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Série NEAD Debate; 20 ISBN 978-85-60548-61-3. Brasília: MDA/MEC, 2010.
8. SANTOS, Boaventura de Souza. Org. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.